



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

Desafios na implementação de políticas públicas de inclusão educacional para pessoas com síndrome de Down no Brasil: revisão integrativa

Lays Alves Cristino, Letícia Gomes Bequimam, Rodrigo Vittor Pontes Caetano, Helena Galvão Villela, Mathias da Silva Elói, Willy Cristiano Luz Alves, Alan Silva da Luz, Tamirez Santana Muniz, Rebecca Eustorgio de Oliveira Tavares, Márcio Silva da Conceição



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p4198-4215>

Artigo recebido em 30 de Janeiro e publicado em 30 de Março de 2026

REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

RESUMO

Introdução: Este estudo investigou os desafios na implementação de políticas públicas para a inclusão educacional da pessoa com Síndrome de Down (SD) no Brasil. Objetivos: Analisar o cenário atual, a efetividade das políticas vigentes e as necessidades de capacitação e suporte aos profissionais para a inserção educacional do indivíduo com SD. Metodologia: Realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases SciELO e Google Acadêmico, entre janeiro e abril de 2024, com os descritores “Síndrome de Down”, “Políticas Públicas” e “Desafios”, combinados pelos operadores Booleanos AND e OR; incluíram-se publicações em português e inglês (2018–2023). Identificaram-se 53 estudos, 36 foram lidos integralmente e 13 compuseram a análise crítica. Resultados: A literatura analisada aponta avanços normativos e iniciativas de inclusão, porém persistem entraves na formação continuada de professores, na disponibilidade de materiais didáticos acessíveis, em recursos e infraestrutura, bem como barreiras atitudinais e lacunas entre a política e a prática escolar. Considerações finais: Conclui-se que a inclusão permanece parcial e requer execução qualificada das políticas, fortalecimento do atendimento educacional especializado (AEE), adaptações curriculares, parceria família-escola e monitoramento de resultados.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Inclusão Escolar. Educação Especial. Política Pública.

ABSTRACT

Introduction: This study investigated the challenges in implementing public policies for the educational inclusion of people with Down syndrome (DS) in Brazil. **Objectives:** to analyze the current scenario, the effectiveness of existing policies, and the training and support needs of professionals for the inclusive education of individuals with DS. **Methodology:** An integrative literature review was conducted using SciELO and Google Scholar between January and April 2024, with the descriptors “Down syndrome,” “Public policies,” and “Challenges,” combined with the Boolean operators AND and OR; publications in Portuguese and English (2018–2023) were included. Fifty-three studies were identified, 36 were read in full, and 13 were included in the critical analysis. **Results:** The literature reviewed indicates regulatory advances and inclusion initiatives, but obstacles persist regarding teachers’ continuing professional development, the availability of accessible instructional materials, resources and infrastructure, as well as attitudinal barriers and gaps between policy and school practice. **Conclusion:** Inclusion remains partial and requires effective policy implementation, strengthening of specialized educational services, curricular adaptations, family–school partnerships, and systematic outcome monitoring.

Keywords: Down Syndrome. Mainstreaming, Education. Education, Special. Public Policy.

Instituição afiliada – AFYA FACULDADE REDENÇÃO

Autor correspondente: *Rodrigo Vittor Pontes Caetano*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é uma condição genética e sua etiologia consiste na trissomia do cromossomo 21, que resulta em uma cópia extra do cromossomo nas células do corpo. Isso pode levar a uma ampla variedade de características físicas distintas, como olhos amendoados, ponte nasal achatada e língua protrusa, além de desafios no desenvolvimento cognitivo, incluindo atrasos na aprendizagem e no desenvolvimento da fala. Neste cenário, o suporte adequado e o acesso a intervenções precoces podem ajudar a maximizar o potencial de desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down.¹

No âmbito das políticas públicas na educação, é essencial garantir que as pessoas com SD tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva. A Constituição Federal de 1988 trouxe avanços significativos para a educação ao destacar, especificamente no artigo 206, inciso I, o princípio da garantia de iguais condições de acesso à educação para todos os cidadãos.² Ao observar a Carta Magna, as ações políticas econômicas e sociais devem garantir a universalidade e respeitar as diferenças, isso inclui promover a inclusão de pessoas com a condição em escolas regulares, adaptar os currículos escolares e oferecer treinamento especializado para educadores.³

A imperativa relevância de investigar as políticas públicas para a inclusão da pessoa com SD no ambiente educacional destaca-se como um tema de inegável importância ao observar a falta de acessibilidade, recursos especializados e a resistência cultural ainda presentes nos dias atuais. A motivação intrínseca desta pesquisa reside na necessidade de proporcionar uma análise profunda das limitações na infraestrutura escolar e na capacitação dos profissionais da educação, alinhando-se ao objetivo de construir bases mais sólidas para a inclusão.⁴

Diante disso, o objetivo deste trabalho é investigar os desafios na implementação de políticas públicas para a inclusão da pessoa com SD no âmbito educativo, tendo em vista o atual cenário da inclusão educacional, a eficácia das políticas públicas vigentes e as necessidades específicas de capacitação e materiais de suporte para professores e profissionais da educação no Brasil.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão da literatura do tipo integrativa, voltada à análise dos desafios na implementação de políticas públicas para a inclusão da pessoa com Síndrome de Down na educação. A busca foi realizada entre janeiro e abril de 2024, nas bases SciELO e Google Acadêmico, além de livros, teses e periódicos relacionados ao tema. Utilizaram-se os descritores “Síndrome de Down”, “Políticas Públicas” e “Desafios”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos publicados em português e inglês, disponíveis na íntegra entre 2018 e 2023, relacionados à educação inclusiva, capacitação docente e políticas públicas. Excluíram-se estudos anteriores a esse período ou sem pertinência direta ao objeto investigado. A amostra inicial contou com 53 artigos, dos quais 36 foram selecionados para leitura integral, resultando em 13 trabalhos considerados mais relevantes para a análise crítica.

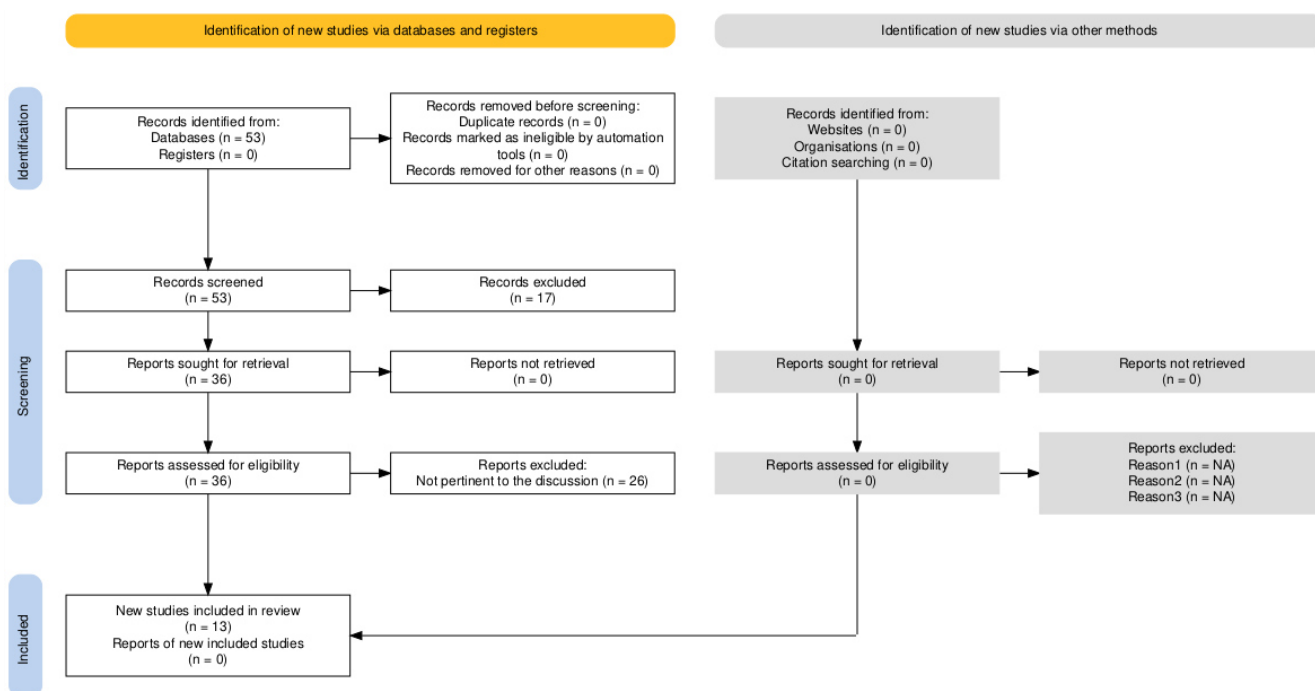
As variáveis observadas abrangeram: ano de publicação, autores, objetivos, políticas públicas citadas, desafios e propostas de inclusão. Os dados foram tratados por análise documental, com interpretação crítica e comparativa das evidências. Por se tratar de pesquisa exclusivamente baseada em materiais já publicados, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

Após uma leitura preliminar, identificou-se um total de 53 artigos relevantes para o tema da inclusão da pessoa com SD na educação. No entanto, após uma análise mais detalhada, excluiu-se 17 desses artigos, resultando em uma amostra final de 36 artigos para uma leitura mais aprofundada e objetiva.

Após uma análise cuidadosa, selecionou-se os 13 artigos mais pertinentes e informativos para compor uma amostra discursiva. Esses artigos foram escolhidos com base em sua relevância para os objetivos da pesquisa e sua contribuição para uma compreensão mais abrangente do tema, como é possível observar na figura 01.

Figura 01. Fluxograma PRISMA adaptado para seleção dos artigos



FONTE: Autores e software⁵

Os diferentes artigos destacaram a importância de políticas públicas para a inclusão educacional da pessoa com Síndrome de Down. Questões como a formação de professores, adaptação de currículos e acesso a recursos adequados emergem como pontos críticos a serem abordados. Além disso, a inclusão social e a valorização da diversidade no ambiente escolar surgem como aspectos fundamentais que requerem maior atenção e investimento por parte dos gestores públicos e da sociedade em geral.

Nesse sentido, tais componentes orientam a implementação de uma proposta inclusiva de educação, na qual a escola, por meio de seus serviços, espaços, educadores

e demais recursos, se adapta constantemente às necessidades de seus estudantes com o objetivo de expandir a inclusão a todos.⁶

Para a avaliação deste trabalho, foram selecionados 13 estudos para uma análise crítica e exploratória. Como ferramentas de avaliação metodológica e qualitativa dos artigos, valeu-se dos instrumentos Critical Appraisal Skills Programme (CASP) e Assessment of Multiple Systematic Reviews (AMSTAR). Durante essa avaliação, procedeu-se à investigação do tema em questão, os quais foram dispostos em um quadro contendo as seguintes informações acerca dos artigos utilizados: ano de publicação, autor(es), título, objetivo, metodologia e principais achados, conforme delineado no Quadro 1.

Quadro 1. Distribuição dos artigos incluídos na revisão integrativa

ANO	AUTOR(ES)	TÍTULO DO ARTIGO	OBJETIVO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS ACHADOS
2018	SOUSA N; M; F, R. NASCIMENTO D,V.	A INCLUSÃO ESCOLAR E O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES E A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Compreender a percepção dos professores sobre a inclusão escolar de alunos com Síndrome de Down no que se refere às adaptações curriculares e o processo avaliativo.	Estudo descritivo qualitativo sobre adaptações curriculares e avaliação de aprendizagem para aluno com síndrome de Down em contexto escolar real. CASP: Qualidade moderada.	Inclusão real depende de flexibilizar currículo, ritmo e avaliação individual; quando essas adaptações não ocorrem, exclusão acontece de forma velada mesmo com matrícula formal na classe comum.
2018	BRAGA G. PRADO R. CRUZ O.	O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A ORGANIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: QUE TERRITÓRIO É ESSE?	Abordar a educação inclusiva e as estruturas oferecidas pelas escolas para o acolhimento à diversidade.	Estudo descritivo crítico sobre organização da sala de recursos multifuncionais e articulação entre AEE e sala regular, com análise documental/política. CASP: Qualidade moderada.	Sala de recursos multifuncionais, quando isolada da sala comum, pode virar espaço segregador paralelo; falta diálogo entre professor regente e AEE impede inclusão plena e efetiva aprendizagem do aluno público-alvo da educação especial.
2019	GUILHERME W, D.	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS.	Demonstração de tecnologias assistivas enquanto campo teórico e práticas favoráveis à inclusão dos alunos com deficiência na educação infantil.	Obra coletiva tipo ensaio teórico crítico sobre inclusão escolar, desigualdade social e capacitismo estrutural.	Inclusão escolar depende de políticas intersetoriais e enfrentamento do capacitismo; sem suporte social amplo e recursos estruturais, escola inclusiva sozinha não elimina exclusão.
2020	SILVA O, S.	SÍNDROME DE DOWN E O DIREITO À EDUCAÇÃO	Propiciar uma necessária reflexão acerca dos direitos educacionais dos indivíduos que em sua concepção sofreram	Análise jurídico-normativa de legislação educacional e direitos de pessoas com síndrome de Down à escolarização inclusiva.	A Constituição e normas infraconstitucionais garantem matrícula, permanência e avaliação adequada; na prática, barreiras institucionais



Desafios na implementação de políticas públicas de inclusão educacional para pessoas com síndrome de Down no Brasil: revisão integrativa

Cristino et. al.

			uma alteração cromossômica no DNA.		ainda restringem acesso pleno e permanência digna.
2020	ANGELO J, S.	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Reflexão em torno das práticas educativas voltadas para o ensino inclusivo, em especial para os alunos que são atendidos na APAE.	Revisão narrativa sobre obstáculos estruturais, pedagógicos e culturais à educação inclusiva nas escolas brasileiras. CASP: Baixa qualidade.	Principais barreiras: formação docente insuficiente, infraestrutura inadequada, preconceito escolar e ausência de políticas sustentadas de apoio; essas barreiras mantêm exclusão apesar do discurso oficial de inclusão.
2020	PINHEIRO M; C,L.	INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Compreender o quão prejudicial é a criação de um ensino “segregado” para os alunos com deficiência, sendo que estes podem e devem ser inseridos no ensino regular, de modo que a eles seja oferecido todo o aparato de estrutura, capacitação de professores entre outras necessidades que os permitam acompanhar o ensino.	Revisão narrativa sobre inclusão escolar de estudantes com deficiência em escolas regulares brasileiras. CASP: Baixa qualidade.	Inclusão exige formação docente contínua, acessibilidade curricular e atitude institucional acolhedora; apesar de arcabouço legal brasileiro, persistem práticas excludentes cotidianas e responsabilização individual do professor.
2021	SIQUEIRA L; P, C.	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ALFABETIZAÇÃO BASEADA NO MÉTODO DE TRONCOSO E DEL CERRO PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	Contribuições do método de Aprendizagem Perceptivo-discriminativo desenvolvido por Troncoso e del Cerro (2004), que exemplificam o método global para alfabetizar pessoas com SD.	Estudo de caso/intervenção pedagógica individual usando método Troncoso & Del Cerro para alfabetização de aluno com síndrome de Down. CASP: Alta qualidade	Método Troncoso, com estímulos visuais graduais e sequenciamento estruturado, promove avanços mensuráveis em leitura funcional e escrita inicial em aluno com síndrome de Down inserido na escola comum.
2022	SULPINO A; P, M. FONSECA S; M; F, P	PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN: O QUE DIZEM OS ESTUDOS MAIS RECENTES	Conhecer algumas práticas pedagógicas desenvolvidas para promoção da alfabetização de crianças com SD.	Revisão de produções recentes sobre alfabetização de crianças com síndrome de Down, com foco em métodos pedagógicos específicos. AMSTAR: Baixa qualidade.	Alfabetização melhora quando há ensino estruturado, estimulação visual e fônica precoce, envolvimento familiar e personalização; crianças com síndrome de Down podem alcançar leitura funcional significativa.
2022	BRITO L; N, O.	JOVENS COM SÍNDROME DE DOWN: DESAFIOS PARA A AUTONOMIA	Compreender os desafios que os jovens com SD enfrentam para adquirir autonomia e o papel dos pais nesse processo.	Entrevistas semiestruturadas com jovens com síndrome de Down e familiares; análise temática sobre autonomia cotidiana e independência	Jovens desejam independência, trabalho e vida social ativa; hiperproteção familiar, preconceito e baixa inserção laboral restringem



Desafios na implementação de políticas públicas de inclusão educacional para pessoas com síndrome de Down no Brasil: revisão integrativa

Cristino et. al.

				funcional. CASP: Qualidade moderada.	autonomia prática e cidadania adulta.
2022	FARIA D, M. FONTES F.	PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN, CONSUMO E EXCLUSÃO SOCIAL: A “BARREIRA DO TER” EM PORTUGAL	Analisar as facetas da “barreira do ter” para as pessoas com SD em Portugal.	Entrevistas qualitativas com adultos com síndrome de Down em Portugal; análise sociológica do consumo e pertencimento social. CASP: Alta qualidade.	Consumo material é marcador de pertencimento comunitário; limitação econômica impõe dependência familiar e reforça exclusão simbólica e prática, restringindo autonomia e participação cidadã adulta.
2022	PEDRAÇA A; S, A, et al.	EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A SÍNDROME DE DOWN: OBSTÁCULOS NA APRENDIZAGEM E ENSINO SIGNIFICATIVOS NO ENSINO FUNDAMENTAL	Auxiliar os professores, pais e cuidadores a proporcionar um desenvolvimento aprimorado no cognitivo e o processo ensino aprendizagem.	Estudo qualitativo com relatos de docentes e análise de dificuldades e estratégias no ensino fundamental de alunos com síndrome de Down. CASP: Qualidade moderada	Maiores barreiras: falta de formação docente específica, escassez de recursos pedagógicos adaptados, tempo reduzido para atendimento individual; vínculo afetivo professor-aluno favorece engajamento e aprendizagem significativa.
2023	AULER G, C.	PERCEPÇÃO DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN E DE SUAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO	Descrever a percepção de pessoas com SD e de suas famílias em relação ao processo de inclusão no mercado de trabalho, em um município de médio porte do Vale do Taquari/RS.	Entrevistas semiestruturadas com pessoas com síndrome de Down e familiares; análise temática qualitativa. CASP: Qualidade moderada.	Inclusão no mercado formal ainda enfrenta barreiras estruturais e preconceito; família funciona como mediadora e protetora, mas também pode limitar autonomia e decisão profissional do adulto com síndrome de Down.
2023	NORONHA A, M	MOVIMENTOS DO PENSAMENTO MATEMÁTICO EM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONTRIBUIÇÕES DO ENSINO DESENVOLVIMENTO NA AEE	Analisar as contribuições no processo de desenvolvimento do pensamento teórico do conceito de número em estudantes com deficiência intelectual que são decorrentes da organização do ensino da matemática no Atendimento Educacional Especializado (AEE) fundamentado nos pressupostos da Teoria do Ensino Desenvolvimento e do Sistema Elkonin-Davídov.	Pesquisa-intervenção em Atendimento Educacional Especializado com estudantes com deficiência intelectual; análise do desenvolvimento do pensamento matemático. CASP: Alta qualidade.	Ensino mediado no AEE favorece construção de conceitos matemáticos abstratos; avanço cognitivo acontece quando mediação é sistemática, intencional e contextualizada às necessidades do aluno.

FONTE: Autores

4 DISCUSSÃO

A literatura analisada aponta que a inclusão da pessoa com Síndrome de Down (SD) na educação regular não pode ser entendida apenas como presença física em sala de aula, mas como um processo que exige condições concretas de permanência e participação. Observa-se uma dicotomia: muitos trabalhos abordam a inclusão como princípio, mas poucos investigam de forma sistemática como ela se materializa no cotidiano escolar, especialmente em instituições regulares de ensino.^{7,8} Essa lacuna revela que, apesar do reconhecimento jurídico do direito à educação, a pessoa com SD continua exposta a formas de exclusão social que se refletem na escolarização e, posteriormente, na qualificação profissional.⁸

No plano normativo, o Brasil dispõe de instrumentos legais que afirmam o direito à escolarização em igualdade de condições, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de Inclusão, ambas voltadas à garantia de acesso, permanência e participação da pessoa com deficiência na escola comum.⁹ Contudo, a literatura evidencia um descompasso entre o que essas políticas preveem e a forma como são de fato implementadas nas redes de ensino.¹⁰ Esse descompasso não é exclusivo do contexto brasileiro: análises internacionais indicam que, mesmo em países com diretrizes consolidadas de educação inclusiva, a efetividade da inclusão depende de financiamento estável, apoio pedagógico especializado e infraestrutura acessível, elementos que seguem distribuídos de maneira desigual, sobretudo quando se trata de alunos com deficiência intelectual e necessidades de apoio contínuo.¹¹

Um dos principais eixos que explica essa distância entre o previsto e o praticado é a capacitação docente. Os estudos destacam que muitos professores se sentem inseguros diante das especificidades do desenvolvimento cognitivo e comunicativo de alunos com SD, relatando dificuldade para planejar adaptações curriculares significativas e avaliar a aprendizagem desses estudantes.^{10,12} Essa insegurança é atribuída tanto à ausência de formação inicial orientada à educação inclusiva quanto à fragilidade da formação continuada ofertada pelas redes de ensino.^{10,13} Resultados semelhantes são descritos em países de alta renda, onde professores de escolas comuns afirmam apoiar a inclusão, mas relatam sobrecarga, falta de materiais adaptados e ausência de apoio especializado

contínuo, apontando que a barreira não é apenas individual (falta de preparo pessoal), mas estrutural (falta de suporte institucional).^{13,14}

Associado à formação docente, emergem as limitações de recursos pedagógicos e infraestrutura. A literatura nacional descreve a escassez de materiais didáticos acessíveis, ausência de tecnologias assistivas e insuficiência de adaptações curriculares sistemáticas como fatores que restringem o engajamento e o progresso acadêmico de estudantes com SD na escola comum.^{10,15} Em paralelo, evidências internacionais reforçam que a implementação da educação inclusiva depende de condições materiais concretas, como salas de recursos multifuncionais bem estruturadas, acessibilidade arquitetônica e apoio pedagógico contínuo em sala, e que a ausência desses elementos produz uma inclusão formal, mas não efetiva.¹¹ Essa constatação indica que não se trata apenas de garantir matrícula, mas de assegurar meios didáticos e organizacionais que sustentem a aprendizagem cotidiana.

Outro ponto crítico são as barreiras atitudinais e os estereótipos sobre a capacidade intelectual e a autonomia da pessoa com SD.^{8,12} Estudos mostram que ainda persiste, inclusive em ambientes educacionais que se consideram inclusivos, uma expectativa reduzida quanto ao potencial acadêmico desses estudantes, o que se traduz em práticas pedagógicas menos desafiadoras e trajetórias escolares marcadas por assistencialismo.^{12,16} Pesquisas também destacam que essas atitudes repercutem além do espaço escolar: ao limitar o reconhecimento da capacidade de aprendizagem e decisão do aluno com SD, elas fragilizam sua transição para a vida adulta e para o mundo do trabalho, mantendo a pessoa com deficiência intelectual em posição de tutela social e econômica.⁸ A literatura internacional converge com esse diagnóstico ao apontar que, mesmo em países que já universalizaram o acesso à escola comum, a permanência de visões paternalistas e expectativas acadêmicas e profissionais baixas continua restringindo a autonomia e a empregabilidade na idade adulta.^{14,17}

A relação entre escola e família surge como fator determinante para enfrentar essas barreiras. Auler¹ e Brito¹⁶ mostram que a participação ativa da família — especialmente no incentivo à autonomia cotidiana, na defesa de ajustes pedagógicos e na construção de rotinas que valorizem a independência da criança, do adolescente e do jovem adulto



com SD — está associada a trajetórias escolares mais estáveis e a maior protagonismo do estudante nos processos de aprendizagem e socialização.^{1,16} Esse dado dialoga com relatos internacionais que apontam a corresponsabilidade entre escola e família como um elemento que não só fortalece o vínculo do aluno com o ambiente escolar, mas também contribui para que as metas educacionais não se reduzam ao “cuidar”, e sim incluam desenvolvimento acadêmico, comunicação funcional e participação social.^{14,17} Em outras palavras, a família não substitui a escola, mas tensiona a escola a cumprir seu papel de formação plena.

Ainda assim, a literatura aponta que a superação dessas barreiras não pode depender exclusivamente da disposição individual de professores e famílias.^{10,18,19} É necessário um projeto institucional sustentado que inclua práticas pedagógicas flexíveis, abertura para metodologias diferenciadas e uma postura humanística do corpo docente, que reconheça limitações e potencialidades sem transformar a diferença em motivo de exclusão.^{18,19} Isso implica compreender que a intervenção pedagógica junto a alunos com SD não é um improviso caridoso, mas um campo de prática profissional que exige preparo técnico e intencionalidade didática.^{12,18}

Por fim, destaca-se um eixo que ainda é pouco consolidado no Brasil: avaliação e monitoramento. Embora os marcos legais estabeleçam a obrigatoriedade da inclusão, há escassez de estudos que avaliem, com indicadores padronizados, os efeitos concretos das estratégias inclusivas sobre aprendizagem, participação e autonomia de estudantes com SD nas escolas comuns.^{13,15} Essa ausência de monitoramento sistemático dificulta que redes de ensino identifiquem quais práticas geram melhores resultados e onde estão os maiores gargalos de implementação. Em contraste, experiências internacionais indicam que, quando há acompanhamento contínuo, provisão de apoio especializado e uso consistente de adaptações curriculares, estudantes com deficiência intelectual alcançam melhores desempenhos acadêmicos e apresentam maior perspectiva de inserção profissional, em comparação a modelos segregados. Esse achado reforça que inclusão com suporte material e pedagógico tem efeito mensurável sobre autonomia e empregabilidade na vida adulta.^{20,21}



Diante do exposto, observa-se que o Brasil ocupa uma posição intermediária. O país dispõe de marcos normativos abrangentes e orientados aos direitos, similares aos de países de alta renda, mas enfrenta gargalos operacionais típicos de contextos de renda média, como dependência da família para garantir apoios, disparidades regionais, escassez de infraestrutura acessível e suporte pedagógico fragmentado.^{8,9,15} Essa combinação indica que a inclusão da pessoa com SD não se resolve apenas na dimensão jurídica. Trata-se de assegurar condições de execução: formação docente continuada e apoiada institucionalmente, materiais e infraestrutura acessíveis, enfrentamento ativo de estereótipos, corresponsabilidade família–escola e monitoramento sistemático de resultados.^{10,11,12,13,14,18,19,20,21,22} Em síntese, a efetividade das políticas públicas depende de transformar direitos declarados em práticas educativas sustentáveis, capazes de garantir participação, aprendizagem e autonomia real para estudantes com Síndrome de Down.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo atingiu o objetivo de analisar os desafios na implementação de políticas públicas voltadas à inclusão educacional da pessoa com Síndrome de Down, evidenciando que o Brasil dispõe de um arcabouço normativo consistente e de iniciativas declaradas de promoção da inclusão, mas ainda enfrenta obstáculos persistentes. Entre eles destacam-se: a fragilidade da formação continuada de professores, a escassez de materiais didáticos acessíveis e de recursos de apoio em sala de aula, limitações de infraestrutura e barreiras atitudinais que mantêm expectativas reduzidas sobre o potencial acadêmico e a autonomia desses estudantes. Também se observou um descompasso entre o que as políticas públicas garantem em termos de direito e aquilo que, de fato, é ofertado nas escolas regulares, o que compromete a permanência qualificada e a participação plena do aluno com SD.

Como contribuição, este trabalho sistematiza evidências recentes, identifica pontos críticos que limitam a efetividade da política inclusiva e sugere eixos de intervenção prioritária. Em primeiro lugar, recomenda-se que as redes de ensino implementem programas obrigatórios e continuados de formação docente voltados



especificamente para o trabalho com deficiência intelectual, incluindo comunicação alternativa, elaboração de adaptações curriculares significativas e estratégias de avaliação compatíveis com diferentes ritmos de aprendizagem. Essa formação precisa ser institucionalizada e sustentada por políticas públicas, e não delegada ao esforço individual do professor.

Além disso, é necessário garantir condições materiais mínimas e permanentes para a inclusão. Isso implica investimento direto em acessibilidade arquitetônica, salas de recursos multifuncionais que funcionem de forma integrada à sala comum, tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados e apoio especializado durante a rotina de aula — e não apenas de forma pontual. A implementação efetiva do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser entendida como um serviço de suporte pedagógico contínuo e articulado ao currículo, e não como um recurso paralelo e isolado.

Não somente, mas também é fundamental enfrentar as barreiras culturais e atitudinais que sustentam visões paternalistas e expectativas baixas em relação ao potencial de aprendizagem e de autonomia da pessoa com Síndrome de Down. Isso exige formação ética e humanística nas escolas, comunicação clara com as famílias e criação de metas pedagógicas que incluam desenvolvimento acadêmico, participação social e construção de autonomia — e não apenas “cuidado” ou permanência física em sala. A parceria família–escola deve ser fortalecida como uma política explícita, reconhecendo a família não como substituta da escola, mas como corresponsável na defesa de condições de inclusão dignas e na promoção da independência progressiva do estudante.

Ademais, gestores públicos e escolares precisam incorporar mecanismos de monitoramento e avaliação contínua da inclusão. É essencial produzir e acompanhar indicadores que não se limitem ao número de matrículas, mas que observem aprendizado, participação em atividades comuns, uso de recursos de acessibilidade, progressão escolar e perspectivas de inserção social e profissional. A ausência desse monitoramento dificulta a identificação de desigualdades regionais, fragiliza a responsabilização do poder público e invisibiliza resultados positivos quando eles



existem. Sem avaliação sistemática, a inclusão permanece declarada, mas não demonstrada.

Com base nesses pontos, recomenda-se que políticas de inclusão escolar avancem de uma lógica declaratória para uma lógica operacional e verificável: formação docente financiada e continuada; garantia orçamentária para recursos pedagógicos acessíveis; fortalecimento do AEE como dispositivo técnico-pedagógico integrado ao cotidiano escolar; pactuação formal entre escola e família sobre metas de autonomia e participação do estudante; e criação de indicadores públicos de acompanhamento, auditáveis e comparáveis entre redes. Essas medidas não dependem apenas da escola individualmente, mas de planejamento intersetorial entre educação, assistência social e saúde, com financiamento estável e responsabilidades definidas.

Ainda que haja progressos normativos e experiências locais relevantes, conclui-se que a inclusão permanece parcial. O avanço exige execução qualificada das políticas, investimento contínuo em pessoas (professores, equipes de apoio, gestores), estrutura (recursos pedagógicos e acessibilidade) e acompanhamento (monitoramento de resultados), de modo a transformar direitos assegurados em práticas escolares efetivas e sustentáveis ao longo da vida escolar.

Por fim, como toda revisão integrativa, este estudo apresenta limitações que orientam leituras futuras. A busca concentrou-se em bases nacionais e Google Acadêmico, o que pode não abranger toda a produção internacional sobre o tema. Optou-se por síntese qualitativa de estudos com metodologias e contextos variados, o que enriquece a compreensão do fenômeno, mas não permite comparações quantitativas de impacto. Tais limitações não invalidam as conclusões, mas reforçam a necessidade de pesquisas futuras que avaliem empiricamente a efetividade das estratégias inclusivas na escola regular, considerem desigualdades regionais e examinem a transição entre escolarização, autonomia e inserção no trabalho.

6 REFERÊNCIAS



1. Auler GC. Percepção das pessoas com síndrome de Down e de suas famílias em relação ao processo de inclusão no mercado de trabalho [trabalho acadêmico]. Lajeado (RS): Universidade do Vale do Taquari (Univates); 2023. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/items/dda85ed4-cf65-4ddd-b3d4-cedb4528a69e>. Acesso em: 24 fev 2024.
2. Pinheiro MCL. Inclusão escolar: um olhar para as pessoas com deficiência [trabalho acadêmico]. Goiânia (GO): Pontifícia Universidade Católica de Goiás; 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/1223>. Acesso em: 23 mar 2024.
3. Santos APCD. A inclusão do aluno com síndrome de Down no ensino regular [trabalho acadêmico]. São Lourenço (MG): Grupo Unis; 2020. Disponível em: <http://repositorio.unis.edu.br/bitstream/prefix/1350/1/ANA%20PAULA%20CARVALHO%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 23 mar 2024.
4. Silveira JL da. Abordagens sobre educação inclusiva [livro]. Formiga (MG): Editora MultiAtual; 2020. Doi: 10.5281/zenodo.4646358
5. Haddaway NR, Page MJ, Pritchard CC, McGuinness LA. PRISMA2020: an R package and Shiny app for producing PRISMA 2020-compliant flow diagrams, with interactivity for optimised digital transparency and Open Synthesis. *Campbell Syst Rev.* 2022;18(2):e1230. doi:10.1002/cl2.1230.
6. Santos MGMD, et al. As condições da inclusão de alunos com síndrome de Down na escola regular: uma revisão da literatura. *Braz J Dev.* 2022 Feb;8(2):11522-11535. Doi: 10.1590/S1413-65382008000300011
7. Silva RO. Síndrome de Down e o direito à educação [trabalho acadêmico]. São Paulo (SP): Universidade Cruzeiro do Sul; 2020. Acesso em: 23 mar 2024.
8. Faria MD, Fontes F. Pessoas com síndrome de Down, consumo e exclusão social: a “barreira do ter” em Portugal. *Gest Desenv.* 2023;31:81-101. Doi: 10.34632
9. Sulpino APM, Fonseca SMFPPd. Processo de alfabetização de crianças com síndrome de Down: o que dizem os estudos mais recentes [relatório técnico]. João Pessoa (PB): Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial (GEPE/UFPB/CE); 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/21808>. Acesso em: 29 mar 2024.
10. Sousa NMFR, Nascimento DA. A inclusão escolar e o aluno com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem. *Educ Form.* 2018 Sep-Dec;3(9):121-140. Disponível em: <https://edubase.sbu.unicamp.br/items/9688f3e1-541a-45b1-bde4-dff76e0928dd>
11. Brussino O. Mapping policy approaches and practices for the inclusion of students

with special education needs across OECD countries. (OECD Education Working Paper No. 227). Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development; 2020. Disponível em: [https://one.oecd.org/document/EDU/WKP\(2020\)15/En/pdf](https://one.oecd.org/document/EDU/WKP(2020)15/En/pdf).

12. Pedraça ASA, et al. Educação inclusiva e a síndrome de Down: obstáculos na aprendizagem e ensino significativos no ensino fundamental [livro/ebook]. Campina Grande (PB): Licuri; 2023. Doi: 10.58203/Licuri.20898

13. Noronha MA. Movimentos do pensamento matemático em estudantes com deficiência intelectual: contribuições do ensino desenvolvimental no AEE [dissertação]. Curitiba (PR): Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2023. Disponível em: <https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/30646/1/movimentospensamento-matematico.pdf>. Acesso em: 19 abr 2024.

14. Boundy L, Hargreaves S, Baxter R, Holton S, Burgoyne K. Views of educators working with pupils with Down syndrome on their roles and responsibilities and factors related to successful inclusion. *Res Dev Disabil*. 2023 Nov 1;142:104617. doi: 10.1016/j.ridd.2023

15. Guilherme WD. Educação inclusiva e contexto social: questões contemporâneas [livro]. Ponta Grossa (PR): Atena Editora; 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433071/1/E-book-Educacao-Inclusiva-e-Contexto-Social-Questoes-Contemporaneas.pdf>. Acesso em: 19 abr 2024.

16. Brito LNO. Jovens com síndrome de Down: desafios para a autonomia [trabalho acadêmico]. Goiânia (GO): Pontifícia Universidade Católica de Goiás; 2022. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/4885/2/Luciana%20Novais%20de%20Oliveira%20Brito.pdf>. Acesso em: 17 mar 2024.

17. Er-rida S, Zaidouni A, Mafhoum M, Oubibi M, Alami MH, Alaoui A. Inclusive education: exploring parental aspirations for children with Down syndrome in regular schools. *Open Psychol J*. 2024;17:e18743501311174. doi:10.2174/0118743501311174240906104333.

18. Angelo JS. Desafios da educação inclusiva. *Núcleo do Conhecimento*. 2020;8(11):37-46. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/desafios-daeducacao>. Acesso em: 12 abr 2024.

19. Siqueira LPC. Práticas pedagógicas no contexto da educação inclusiva: alfabetização baseada no método de Troncoso e Del Cerro para alunos com síndrome de Down. *Núcleo do Conhecimento*. 2021 Mar;7(3):75-99. Doi: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/contexto-daeducacao

20. Dell'Anna S, Entrich SR, Banks J. Assessing the outcomes of students with special educational needs in inclusive education: a comparative study of Germany, Ireland,



and Italy. Prospects. 2025;[Epub ahead of print]. doi:10.1007/s11125-025-09730-2.

21. Oswal N, Al-Kilani MH, Faisal R, Fteiha M. A systematic review of inclusive education strategies for students of determination in higher education institutions: current challenges and future directions. *Educ Sci.* 2025 Apr 22;15(5):518. doi:10.3390/educsci15050518.

22. Braga G, Prado R, Cruz O. O atendimento educacional especializado e a organização da sala de recursos multifuncionais: que território é esse? [relatório técnico]. Rio de Janeiro (RJ): Instituto Nacional de Educação de Surdos; 2018. Doi: 10.22409/REVISTALEPH.V0I30.25205.